



Possibilidade de construção de uma greve geral é real, alerta Condsef/Fenadsef

Diante de uma semana de anúncios de greves e paralisações entre servidores públicos federais por diversos estados brasileiros, o secretário geral da Condsef/Fenadsef alertou que existe a possibilidade real de construção de um movimento grevista que envolva todo o funcionalismo. "As greves que estão acontecendo na base do funcionalismo dão a dimensão da indignação da categoria. Nós vamos continuar debatendo e dialogando para que a categoria amplie cada vez mais essa indignação", afirmou Sérgio.

A declaração se dá diante da insinuação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo deu por encerrada qualquer possibilidade de reposição salarial dos servidores públicos. O ministro disse hoje (9 jun.), em reunião por videoconferência com empresariado da cadeia de abastecimento, de que o governo "não conseguiu dar aumento de salários. Logo ali na frente, vai ter aumento pra todo mundo". A sinalização de reposição salarial futura, no entanto, não tem como ser cumprida por este governo. Em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo tem de prever qualquer reajuste até o fim de junho deste ano, bem como não pode programar a obrigação de repor as perdas inflacionárias no orçamento do ano que vem. Tal cenário deixa claro que a fala do ministro é mais uma das diversas falácias proferidas desde que o assunto

entrou em pauta. "Não é possível a gente ver tudo isso e ficar quieto, ou então achar que isso é normal", complementou Sérgio.

Desde o fim do ano passado, quando prometeu dar reajuste a categorias de interesse eleitoral do Planalto, como as forças de segurança, o governo federal avançou e recuou diversas vezes, confundindo a população e tentando desmobilizar a luta dos servidores. "A gente sabia que essa sistemática dele de toda semana inventar uma situação era pra chegar nesse estágio. Se tivesse uma preocupação mínima com o funcionalismo, ele não deixaria assim pro último momento deixar uma situação como essa", apontou Sérgio. "Só nos resta continuar lutando para que

logo mais na frente a gente consiga virar esse jogo totalmente desumano com o conjunto do funcionalismo", complementou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

A desfaçatez do governo em suas recentes idas e vindas, bem como os cortes no orçamento contradizem os recentes discursos do governo de que haveria espaço para o investimento de recursos públicos federais na manutenção do preço dos combustíveis. "Eles tentam burlar as restrições de orçamento em uma série de situações. A gente sabe qual é a finalidade eleitoral disso. A lição é dura, mas que o conjunto do funcionalismo aprenda. Sem luta não há conquista", resumiu Sérgio.

Fonte: Condsef

CONVOCATÓRIA IFMA

O SINDSEP/MA convoca todos os seus associados do IFMA, para uma Assembleia Geral com o objetivo de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- Informes;
- Greve Geral.



SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF

Data:

14/Junho/2022

Horário:

10h (1ª Convocação)

Local:

Auditório Florise Pérola
IFMA Monte Castelo
(Av. Getúlio Vargas, 04 -
Monte Castelo, São Luis/MA)

Conselho Nacional de Direitos Humanos recomenda revogação da reforma Trabalhista

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) aprovou, por unanimidade, nesta quinta-feira (09), uma Recomendação sobre a Revogação da Reforma Trabalhista, que foi batizada com o nome de Moise Kabagambe, congolês que foi barbaramente assassinado no quiosque Tropicália, no Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 2022.

A reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB), aprovada pelo Congresso Nacional que entrou em vigor em 2017, acabou com 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a promessa de gerar 6 milhões de empregos e reduzir a informalidade no Brasil, mas até agora o que gerou foi desemprego, taxas recordes de trabalhadores sem nenhum direito e salários ainda mais baixos, como revelam as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A reforma foi defendida pela mídia, pelo governo e por parlamentares ligados ao empresariado ou da própria bancada patronal como a salvação para a geração de empregos. Uma grande inverdade, como já está provado”, diz a conselheira Virgínia Berriel, diretora executiva da CUT Nacional, que critica a geração de emprego precário.

É para reverter esse cenário trágico que os conselheiros não apenas recomendaram ao Congresso Nacional a revogação da reforma Trabalhista, como também pediram a abertura de diálogo social com o objetivo de elaborar novo marco legislativo tra-



balhista, explica a dirigente.

Este novo marco, explicou, deve responder às necessidades sociais criadas pelas novas dinâmicas do capitalismo, principalmente as que surgiram com a revolução digital e as novas formas de contratação de trabalhadores e trabalhadoras informais, prestadores de serviço ou parceiros como dizem os donos de plataformas digitais se referindo aos motoristas e motoboys que trabalham para aplicativos como iFood e Rappi.

“É necessário que os trabalhadores e trabalhadoras, contratados por meio dessas novas modalidades de informalidade, possam se organizar, tenham a representação sindical garantida, bem como acesso à Justiça do Trabalho”, pontuou Virgínia Berriel.

O CNDH, disse ela, “deu o primeiro passo, o mais importante na defesa dos direitos humanos dos trabalhadores e das trabalhadoras que tiveram seus direitos rasgados com a reforma Trabalhista”.

A dirigente ressaltou ainda o que aconteceu depois da reforma,

no governo de Jair Bolsonaro (PL), que disse durante a campanha eleitoral que queria ‘aprofundar a reforma de Temer’. “Os ataques aos direitos conquistados continuaram por meio da edição de medidas provisórias que deixaram os trabalhadores ainda mais vulneráveis e totalmente descobertos”.

“E não foi pior porque a CUT e demais centrais atuaram fortemente no Parlamento para impedir a aprovação de medidas como as previstas na MP nº 1.045, que tiraria 15 direitos fundamentais dos trabalhadores”, diz Virgínia.

Com a recomendação aprovada nesta quinta, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos resgatou o que fez em 2017, antes da aprovação da reforma Trabalhista, quando fez uma Recomendação contrária e que alertava o Congresso sobre todos os retrocessos que a classe trabalhadora enfrentaria como ficou comprovado, está enfrentado atualmente.

Fonte: CUT